

A IMPRENSA NEGRA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA NO DISCURSO PÚBLICO BRASILEIRO

VALMIR ARAÚJO¹
EDNA MELLO²

RESUMO

A partir de estudos das vozes contra-coloniais e afrocentradas apresentamos uma discussão sobre o papel histórico e contemporâneo da imprensa negra brasileira como comunicação antirracista que contribui com o discurso público midiático a respeito das temáticas étnico-raciais. Por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, buscamos apresentar um breve histórico da imprensa negra, sua relação com os movimentos sociais negros e ressaltar aspectos dos conteúdos produzidos ao longo da história até a atualidade. Também abordamos os aspectos conceituais sobre a imprensa negra brasileira, suas relações com o movimento negro e seu papel na luta antirracista. Essas discussões permitiram avanços na construção do conhecimento sobre imprensa negra enquanto comunicação antirracista a partir do pensamento afrodiaspórico.

Palavras-Chave: Imprensa Negra; Comunicação Antirracista; Mídia; Movimentos Negro; Pensamento Afrodiaspórico

THE BLACK PRESS AS AN ANTI-RACIST COMMUNICATION INSTRUMENT IN BRAZILIAN PUBLIC DISCOURSE

ABSTRACT

Based on studies of counter-colonial and Afro-centered voices, we present a discussion on the historical and contemporary role of the Brazilian black press as an anti-racist communication that contributes to public media discourse regarding ethnic-racial issues. Through bibliographical and documentary research, we seek to present a brief history of the black press, its relationship with black social movements and highlight aspects of the content produced throughout history to the present day. Also presenting conceptual aspects about the Brazilian black press, its relations with the black movement and its role in the anti-racist struggle. These discussions allowed advances in the construction of

¹ Doutor em Comunicação Social (UMESP). Professor substituto da FAC/UnB. valmir.ptu@gmail.com

² Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Professora adjunta da Unifesp. prof.ednamello@gmail.com

knowledge about black press as anti-racist communication based on Afro-diaspora thinking.

Keywords: Black Press; Anti-Racist Communication; Media; Black Movements; Afrodiaspora thought, *afro-diaspora* philosophy

LA PRENSA NEGRA COMO INSTRUMENTO DE COMUNICACIÓN ANTIRACISTA EN EL DISCURSO PÚBLICO BRASILEÑO

RESUMEN

A partir de estudios de voces contracoloniales y afrocéntricas, presentamos una discusión sobre el papel histórico y contemporáneo de la prensa negra brasileña como comunicación antirracista que contribuye al discurso de los medios públicos sobre cuestiones étnico-raciales. A través de una investigación bibliográfica y documental, buscamos presentar una breve historia de la prensa negra, su relación con los movimientos sociales negros y resaltar aspectos de los contenidos producidos a lo largo de la historia hasta la actualidad. Presentando también aspectos conceptuales sobre la prensa negra brasileña, sus relaciones con el movimiento negro y su papel en la lucha antirracista. Estas discusiones permitieron avanzar en la construcción de conocimiento sobre la prensa negra como comunicación antirracista basada en el pensamiento de la afrodiáspora.

Palabras clave: Prensa Negra; Comunicación Antirracista; Medios de comunicación; Movimientos negros; pensamiento afrodiaspórico

INTRODUÇÃO

Desde seus primeiros exemplares, a partir dos pasquins negros criados no Rio de Janeiro em 1833, a imprensa negra procura estabelecer-se como um instrumento em defesa do povo negro nos meios de comunicação. Assim, para além da produção de conteúdos em que a perspectiva negra é a protagonista, é possível considerar o papel da imprensa negra na luta antirracista e de mudança do discurso público brasileiro.

Para tanto, uma das principais questões a ser discutida é a histórica correlação de forças e diálogo entre a imprensa negra e movimento negro organizado. A imprensa negra brasileira é criada e desenvolvida a partir de órgãos do movimento negro, que perceberam a necessidade de contar com um veículo de comunicação para contribuir com a propagação das ideias e lutas dos povos negros historicamente invisibilizados na imprensa tradicional.

Importa destacar que os meios de comunicação tiveram e continuam exercendo um papel importante em todo processo envolvendo as discussões raciais na opinião pública brasileira. Assim, a negação do racismo em um dos países mais racialmente desiguais do mundo não poderia existir se não fosse a contribuição da imprensa tradicional em propagar o mito da democracia racial e se negar a tratar com a devida profundidade os temas raciais. Por outro lado, os jornais

negros, apesar de pequenos e com repercussão limitada – inclusive por recursos financeiros - sempre buscaram um alinhamento com o movimento negro organizado, seja na denúncia ao racismo, seja no confronto com a ideia de democracia racial e até mesmo na visibilidade da perspectiva negra sobre os diversos assuntos (ARAÚJO, 2021).

Em vista disso, o intuito deste trabalho é contribuir com o amadurecimento da discussão sobre o papel da imprensa negra brasileira, bem como sua contribuição para uma comunicação antirracista e de maior participação da perspectiva negra nos diferentes assuntos, a partir do pensamento afrodiaspórico. Por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, foi possível apresentar um breve histórico da imprensa negra, sua relação com os movimentos sociais negros e avançar na construção do conhecimento sobre o papel da imprensa negra para o exercício da comunicação antirracista no Brasil.

O estudo voltado para a busca da compreensão conceitual e teórica abordou diversas questões como o pensamento movimento negro brasileiro, a comunicação antirracista e a imprensa negra, a partir do pensamento afrodiaspórico. Assim, obras como Moura (2014), Bastide (1983), Munanga (1988), Schwarcz (2012), Pinto (2010), Ribeiro (2017), Mbembe (2018) e Maldonado-Torres (2018) foram fundamentais na pesquisa bibliográfica para a construção do conceitual teórico, que também exigiu uma complementação documental, com informações importantes contidas em documentos relacionados a datas, levantamentos, censos e legislações, que possibilitaram a descrição de marcos históricos importantes para a discussão proposta no trabalho.

Do ponto de vista epistemológico, essa discussão teórica foi construída, sobretudo, a partir dos estudos das vozes contra-coloniais e afrocentradas, que imputam uma importante contribuição dos aspectos conceituais sobre a imprensa negra brasileira, suas relações com o movimento negro e seu papel na luta antirracista. Essas discussões permitiram avanços na construção do pensamento afrodiaspórico sobre comunicação antirracista e imprensa negra brasileira.

Em seguida, foi empreendida uma análise acerca das definições pertinentes à imprensa negra e seu impacto na promoção de uma comunicação antirracista e na ampliação da representatividade da perspectiva negra em diversas esferas. A partir dessas considerações conceituais, de contextualização e relevância acerca da imprensa negra, tornou-se viável apresentar algumas contribuições relativas à compreensão do papel desempenhado pela imprensa negra no contexto do discurso público sobre comunicação antirracista no Brasil.

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

As diversas questões vivenciadas pela população negra ao longo da história brasileira contribuem para uma reflexão mais assertiva sobre a realidade do que é ser negro num país marcado por um histórico escravagista e por uma atualidade de grandes desigualdades raciais. A questão racial no Brasil passa, necessariamente, por uma abordagem histórica sobre a formação da sociedade. E a compreensão teórica sobre as ideologias que fundamentaram a inferiorização do negro africano (e por consequência a escravidão), sobre o racismo institucional e a convicção acerca da existência de uma democracia racial são fundamentais para a compreensão do racismo brasileiro enquanto estrutural (ALMEIDA, 2019). A partir de todo esse contexto a resistência negra e o movimento negro organizado tiveram um papel importante no histórico da luta antirracista.

De acordo com Moura (2014, p.52), um dos pontos explorados no sistema escravocrata brasileiro foi a diversidade dos próprios negros trazidos da África, que pertenciam a tribos diferentes, com costumes, práticas religiosas e, principalmente, línguas diferentes. “Procurou penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método catequista, batizando coletiva e coercivamente, no trabalho de cristianização, o qual nada mais era do que tentativas, via estruturas de poder, de monopolizar o sagrado, influir por meio dessa estratégia num nível político, social e cultural (MOURA, 2014, p.240).

Não obstante, onde é importante reconhecer que onde houve escravidão do Brasil, houve resistência, pois segundo Moura (2014) onde houve regime escravocrata houve quilombo. Os quilombos, que foram uma característica proeminente ao longo dos quase quatro séculos de dominação escravocrata no Brasil, estavam dispersos por todo o território nacional, dada a disseminação da escravidão em todas as regiões, com variações em sua intensidade. Paralelamente, os quilombos emergiram como uma manifestação tangível e inegável da resistência negra. Essa forma de resistência pode ser interpretada como o embrião da estrutura organizacional do movimento negro brasileiro.

Já no período pós-abolicionista pode-se destacar a organização do movimento negro a partir de outra estrutura organizacional e institucionalizado, isto é reconhecida -salvo os períodos autoritários – como movimentos da sociedade civil. A partir desse período, esses grupos passaram a lutar por diversas questões relacionadas ao povo negro, sobretudo, contra a discriminação racial, reivindicando a implementação de políticas afirmativas, dentre outras demandas.

Para Domingues (2007, p. 101), o conceito de movimento negro aponta para uma luta específica contra “os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam [o negro] no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. Nesse sentido, o movimento negro faz uso do conceito de identidade racial para chamar

atenção para os diversos problemas enfrentados pelos indivíduos negros na sociedade brasileira e mobilizar ações reivindicatórias.

A definição de movimento negro pode também ser ampliada, quando se leva em consideração a pluralidade de entidades que acaba por colaborar com algumas causas do movimento negro. Nesse sentido, um exemplo seria algumas denominações religiosas de matrizes africanas, que trabalham com a preservação da cultura negra, grupos culturais, e as organizações quilombolas que também colaboram com a conscientização do cidadão negro em relação à suas lutas e reivindicações.

O movimento negro brasileiro se organiza de forma mais sólida a partir da indignação do povo negro, que na condição de ex-escravizados ou de pessoas que já nasceram livres, continuavam marginalizados na sociedade brasileira a partir de uma política deliberada do estado brasileiro de branqueamento da população. Além de não terem acesso à educação e direito ao voto, sofreram a escassez de postos de trabalhos (que passaram a ser ocupados por imigrantes brancos), muitos negros migraram para as grandes cidades e se aglomeraram nas periferias das capitais, sobretudo de São Paulo e Rio de Janeiro, localidades que segundo Bastide (1973) o movimento negro brasileiro foi estruturado.

A Frente Negra Brasileira tornou-se um partido político em 1936, mas não conseguiu muito êxito eleitoral, até porque no ano seguinte foi instaurado o Estado Novo de Getúlio Vargas e a FNB, assim como outras organizações políticas brasileiras, foi extinta, segundo Domingues (2007, p.107). Apesar do intenso processo de repressão perpetrado pelo Estado Novo e, conseqüentemente, da diminuição da atuação do movimento negro, é pertinente ressaltar a relevância deste movimento para corroborar a posição previamente delineada neste estudo, que argumenta que o povo negro brasileiro não se resignou a assumir uma posição subserviente diante dos diversos desafios sociais enfrentados ao longo da história.

Após o “período duro” do Governo Vargas, a partir da década de 1940 o ‘clima’ político possibilita o surgimento de entidades de movimento negro em diversos estados, como a Uagacê, a União Cultural dos Homens de Cor, o Conselho Nacional das Mulheres Negras, a Associação do Negro Brasileiro, a Frente Negra Trabalhista, a Associação Cultural do Negro, o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, dentre outros diversos grupos que tiveram uma atuação firme e alguns deles com publicações próprias de jornais negros, até o golpe militar de 1964, onde mais uma vez foi suspenso o direito das pessoas se organizarem por meio de movimentos sociais (DOMINGUES, 2007, p.108),

No início da ditadura militar o movimento negro foi desarticulado, assim como os demais movimentos sociais, mas passaram por uma reorganização no final da década de 1970. É importante destacar os riscos que havia nesse período, em que qualquer ato poderia ser interpretado como um crime, principalmente nas ações organizadas por pessoas negras – muitas vezes associadas a criminosos. A reorganização dos movimentos sociais ocorreu junto às mudanças nas estruturas das entidades de classe, sindicatos, grupos estudantis e jornais negros. Nesse momento foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que exerceu papel importante na organização das ações do movimento negro nos anos seguintes, impulsionando uma agenda de debates que culminou com a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, que por sua vez enviou representante da população afrodescendente para compor a comissão que criminalizou a discriminação racial na Constituição Brasileira de 1988.

Importante destacar que a luta do movimento negro não findou com a aprovação da Constituição de 1988, pelo contrário, o ambiente republicano possibilitou a continuidade de ações e discussões em busca de pleitos específicos, como a implementação das políticas afirmativas, que só ocorreram no Brasil a partir dos anos 2000. A questão das “cotas raciais” – cuja discussão política agitou os ânimos nacionais ao longo do século XXI – deve ser abordada à luz do quadro histórico em que privilégios costumam ocultar-se tanto sob argumentos de mérito quanto de argumentos de rejeição intelectual ao racionalismo. (SODRÉ, 2015, p.312).

E a luta do movimento negro continua, pois o racismo – independente de suas formas – persiste e é a organização institucional ou não da população negra que garante conquistas, avanços e impede o retrocesso. E esse histórico de lutas no próprio período escravagista e nas ditaduras do pós-abolição reforça a compreensão apontada por Maldonado-Torres (2018, p. 31) de que é a falsa ideia de que a civilização moderna ocidental é uma formação socioespacial apogética, comparada a outras adjetivadas como bárbaras, selvagens ou primitivas. A resistência da diáspora africana no território brasileiro reforça a compreensão da importância do pensamento decolonial e afrocentrado em diversas discussões.

COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA

Para falar sobre comunicação antirracista, temos que abordar o racismo a partir de uma reflexão histórica, até porque a compreensão de raça que defendemos é social, mas que construída e fortemente disseminada a partir de uma ideologia de racismo biológico, eugenismo e necropolítica – questões que foram difundidas na fundação da sociedade brasileira o que aponta

para a necessidade da difusão do pensamento antirracista para se buscar o mínimo de equilíbrio social, em relação negro no Brasil. Para Almeida (2019, p.20) apesar de já existente, foi a partir do século XVI que o racismo ganha força no mundo com a expansão mercantilista europeia, as grandes navegações, a colonização das Américas e o processo de escravização dos povos africanos. Segundo o autor, essa confluência de acontecimentos contribuiu com a construção do ideário filosófico do homem europeu como “universal” e por consequência a naturalização do racismo, como forma de justificar a escravidão dos africanos e seus descendentes, que por sua vez possuem características físicas (tom de pele, cabelo e traços) tão distintas dos povos da Europa.

Foi criada uma verdadeira ideologia racial para sustentar o processo de escravização dos africanos, na qual o objetivo evidente era o da exploração financeira. Os estudos e teorias raciais que surgiram tinham como intuito a legitimação do processo de desumanização dos africanos e seus descendentes para que eles pudessem servir como mão de obra gratuita nas colônias do Novo Mundo. Essa compreensão racista foi fundamental para sustentar o que consideramos como a maior tragédia da humanidade, tanto pelo incontável número de vítimas que não resistiram ao cruel processo de captura, transporte e torturas, quanto pela realidade vivenciada pelos descendentes de africanos, mesmo após o fim do regime.

Segundo Almeida (2019, p.25), o racismo pode ser compreendido como uma “forma sistêmica de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam na montagem dos privilégios para indivíduos a depender do grupo racial a qual pertence”. A partir desse conceito, a busca por uma distinção para racismo, preconceito racial e discriminação racial. O preconceito racial está relacionado aos estereótipos sobre os indivíduos e o seu grupo. Já a discriminação racial pode ser a diferenciação de tratamento que os participantes de determinados grupos sofrem, podendo ser de forma direta, como em uma ofensa baseada na condição racial ou indireta, que está ligada a regras impostas e assim muitas vezes essas ações são tidas como não intencionais ou subjetivas.

Moura (2014, p.310) chama atenção para a dimensão do racismo e por consequência da necessidade de sua compreensão de forma ampla, passando por um entendimento no qual negros e também não negros visualizem a questão de forma ampla: “Por que o problema do negro brasileiro não é apenas o do racismo existente contra ele [...] é um problema que passa pela sua integração social, econômica, cultural e psicológica ao seio da nação e à sua marginalização como cidadão”.

É a partir dos modelos darwinistas sociais que são constituídos os instrumentos voltados para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas e o Brasil surge como um exemplo

de ‘laboratório racial’ e fruto de interesse de estudo de muitos pesquisadores. Ainda segundo Schwarcz (2012), na realidade brasileira as teorias raciais passam a ser mais discutidas nas décadas de antecederam a abolição. Assim, é possível considerar que impacto das teorias raciais por aqui não tiveram a força observada na América do Norte, contudo é importante frisar que o processo escravocrata como um todo foi firmado a partir dessa crença de inferioridade do negro africano e seus descendentes.

Para Schwarcz (2012, p.33), o conceito de raça precisa persistir, mas como “representação poderosa como um marcador social de diferença – ao lado de categorias como gênero, classe, religião e idade, que se relaciona e retroalimenta – a construir hierarquias e delimitar discriminações”.

A utilização contemporânea de raça está ligada com o processo político e histórico dos diferentes povos, sendo observadas questões como traços físicos (pele, cabelo, traços) e culturais como língua, religião, cultura e formas de expressão (ALMEIDA, 2019, p.24). Nessa concepção, não apenas o negro constitui uma raça, mas também o branco de descendência europeia, que muitas vezes é visto ou se coloca como universal. Assim, o problema está relacionado aos padrões da universalidade que decorrem justamente desse estereótipo branco-europeu.

Já o processo de inércia do Estado frente a uma realidade caótica de um grupo específico – negro – está associado ao conceito de necropolítica, que seria uma forma contemporânea de subjugar a vida ao poder da morte. Esse conceito defendido por Mbembe (2018) descreve a situação do negro na colonização escravagista de países como Brasil e Estados Unidos, bem como no apartheid sul-africano ou ainda nos contextos de guerras, homicídios e até suicídios de indivíduos negros na atualidade. Conforme, Mbembe (2018), a partir da necropolítica o Estado tem “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5).

A partir desse conceito de necropolítica podemos pensar na relação dos homens e mulheres negras frente à realidade brasileira forjada por uma compreensão racista de inferioridade dos descendentes africanos e ao mesmo tempo uma negação às práticas racistas, por meio da ideologia da democracia racial. Assim, a luta antirracista é uma necessidade da sociedade brasileira e não o contrário para o mínimo avanço civilizatório da mesma.

A luta antirracista no Brasil acaba por se encontrar com outras reivindicações, como as contra as desigualdades sociais, pela educação, contra a fome, por emprego, contra a violência policial e o encarceramento em massa, dentre outras. Todas essas lutas acabam por ter um viés antirracistas, pois é a população negra que mais sofre com todas as mazelas sociais que atravessam a sociedade brasileira e escancaram o racismo, que ainda é negado por parte da população.

Entretanto, a luta antirracista no Brasil por vezes é visualizada como a luta dos negros por seus direitos, sem levar em consideração que o racismo atual é fruto de uma ação de toda uma sociedade e que qualquer avanço civilizatório em um país marcado por desigualdades raciais agudas passa, necessariamente, pelo enfrentamento ao racismo, que foi institucionalizado pelo Estado brasileiro.

O processo de institucionalização e normatização do racismo brasileiro contou com a colaboração dos meios de comunicação, seja de forma direta com os anúncios de comercialização de pessoas escravizadas ou artigos defendendo teses racistas e eugenistas para justificar a escravidão ou até mesmo pela ausência dessas discussões, do ponto de vista civilizatório na mídia do período. Nos pós-escravidão os meios de comunicação contribuíram ao defender, abertamente, a política do embranquecimento com a imigração europeia e mesmo com a ausência de noticiários situação dos negros nas grandes cidades vivenciando uma ausência de noticiários sobre a situação do negro neste período, como destaca Bastide (1973).

Esse processo de negação do trabalho e de políticas públicas básicas, como saneamento e acesso à saúde da população negra nos pós escravidão é uma clara deliberação do estado brasileiro de matar ou deixar um grupo específico (negro) morrer, isto é, necropolítica. “Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros, Mbembe (2018, p. 18).

Essas lacunas do Estado brasileiro, da mídia hegemônica e por consequência da opinião pública no Brasil sobre os impactos da escravidão, do racismo e da necropolítica exigiram a estruturação de uma luta antirracista e por consequência de pensar em uma comunicação antirracista, de forma ampla que colabore inclusive com a mobilização do povo negro e também do não-negro sobre a sua responsabilidade no processo. Nesse sentido, diversos autores, sobretudo do pensamento afrodiaspórico chamam atenção para a o papel da Comunicação na luta antirracista, como Kendi (2020), que examina a comunicação como parte fundamental da luta antirracista e da construção de uma sociedade mais equitativa, a partir do reconhecimento, da responsabilidade e da construção de coalizões.

A comunicação antirracista precisa ser compreendida como uma abordagem de linguagem e as interações são utilizadas para desafiar e combater o racismo e promover a igualdade racial. Podendo estar presente na comunicação institucional e comercial para alcançar a opinião pública. Em um país marcado pelo racismo e suas mazelas, a partir de um forte papel do Estado para institucionalizado, este mesmo Estado e a sociedade – como um todo e não apenas as pessoas negras – tem um papel preponderante na promoção de uma comunicação antirracista.

IMPrensa NEGRA BRASILEIRA

As lacunas da temática racial na imprensa tradicional possibilitaram a criação dos meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais, a denominada imprensa negra. A compreensão sobre imprensa negra passa por uma ampla discussão, desenvolvida nos capítulos anteriores, que envolve a história do povo negro, a posição da negritude, o racismo, o conceito de cidadania negra e o tratamento atribuído à temática negra na imprensa tradicional. A partir dessa compreensão partiremos para uma discussão específica sobre o conceito de imprensa negra e a história dos jornais negros brasileiros, que tiveram um papel de destaque nas articulações da negritude por meio dos movimentos negros nos séculos XIX e XX. Por fim, uma discussão sobre a contemporaneidade dos canais negros, tendo em vista o papel da internet e das mídias sociais.

Conforme Mello (2004), a ideologia da democracia racial estaria também presente nas narrativas das publicações jornalísticas, quando estas buscam valorizar a cultura e ações do não-negro, isto é, do branco, até mesmo ao tratar de conquistas negras. “O não-negro representa o herói que irá resgatar a mulher negra, através do casamento, da oferta de emprego ou do convívio social que permitirá a assimilação da cultura valorizada”, (MELLO, 2004, p.42).

No Brasil encontra espaço em canais alternativos e/ou independentes, em especial aqueles que possuem ligações com movimentos sociais e/ou são voltados para a publicação de conteúdos relacionados às questões do povo negro – especialmente denominada imprensa negra. Partindo da compreensão de que os meios de comunicação podem desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento de uma sociedade, a busca pelo conceito de imprensa negra está, necessariamente, atrelada ao seu papel contributivo para a negritude e a sociedade em geral.

A imprensa negra brasileira é compreendida por autores estudiosos sobre a temática, como Moura (2014, p.249) como portadora de uma “linguagem alternativa, devendo ser considerado, dentro da estrutura da expressão, uma parte da cultura brasileira”. Para Bastide (1983, p. 34) “a imprensa negra nasce do sentimento de que o preto não é tratado em pé de igualdade com o branco; sua primeira tarefa será, pois, ser um órgão de protesto”; já Pinto (2010, p.19) destaca que os “jornais negros, feitos por negros, para negros, veiculando assuntos de interesse da população negra” e para Sodré (2015, p.275) apesar dos altos e baixos “a imprensa negra jamais deixou de refletir os protestos e esperanças dos descendentes de africanos”.

A partir dessas contribuições foi possível propor uma conceituação sobre imprensa negra no sentido da concepção de veículos de comunicação focados na produção de conteúdo

jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, ainda que estas não tenham relação direta com as questões raciais, destacando a expressão e a visão de mundo do negro sobre os diversos assuntos, contribuindo assim com a visibilidade da negritude, como também para com uma pluralidade de ideias no debate público (ARAÚJO, 2021).

Os jornais negros também desempenharam um papel colaborativo com a autoestima do ser negro na realidade brasileira. “O papel da imprensa de cor seria, antes de mais nada, o de dar ao preto confiança em si mesmo, o de fazer desaparecer esse sentimento que lhe é tão prejudicial; e para isso, não há senão um meio – valorizar tudo o que é negro”, afirmou Bastide (1983, p.146). Já Moura (2014, p.186) chama atenção para a pouca relevância que a sociedade brasileira confere às publicações negras, seja da imprensa ou da literatura negra, em razão dos códigos de linguagem negros não serem reconhecidos como uma “manifestação valiosa”.

É possível considerar o papel da imprensa negra a partir da conceituação de veículos de comunicação especializados em temáticas relacionadas à negritude, que na atualidade destaca-se a luta contra a marginalização histórica de personalidade negras; a discriminação racial; a necessidade de uma discussão étnica-racial a fim de conscientizar a população, ou parte dela, sobre as demandas da população negra, como a necessidade das políticas afirmativas; por fim a importância da narrativa de outros assuntos (de ordem econômica, política, esportiva, moda ou comportamento) em que o negro é apresentado enquanto protagonista na discussão.

É possível ainda apontar a importância dos meios de comunicação para o engajamento de determinados grupos sociais focados em causas específicas. Nesse sentido, a imprensa negra a partir da produção de conteúdos relacionados às questões étnico-raciais no país colabora ou tem potencial de colaborar com um processo de engajamento e organização do cidadão negro em busca de discutir propostas e reivindicar espaço e melhorias que apontam para o desenvolvimento participativo do povo negro e por consequência para o desenvolvimento brasileiro.

É importante destacar que nem toda criação de um canal de comunicação com conteúdo sobre negros pode ser definida como imprensa negra e para elucidar essa diferenciação importa discutir o sentido de imprensa, enquanto designação coletiva para se referir aos canais jornalísticos de comunicação. Os jornais negros, ou ao menos parte considerável dos que se intitulam assim, buscam justamente se estabelecerem enquanto um espaço de discussão específicos das questões que envolvem os negros ou em que as pessoas negras se tornam protagonistas, para discorrer sobre um assunto ou situação específica. Nesse sentido, os jornais negros se diferem de blogs ou páginas de iniciativas particulares, justamente por buscarem esse papel de intermediador, apesar de também contar com a presença de conteúdos meramente opinativos, como também ocorrem com os jornais tradicionais.

É possível considerar que a imprensa negra desempenha, desde sua criação um papel importantíssimo ao destacar os líderes negros e seus feitos, compreendendo a importância de Zumbi dos Palmares, Luiz Gama, José do Patrocínio, da vivência negra de Machado de Assis (PINTO, 2010), bem como da história dos periódicos negros, que em si já apontam para um protagonismo negro.

A população negra sempre ocupou uma condição subalternizada no contexto brasileiro e os diversos dados sociais, que apontam que os negros são os mais pobres, menos escolarizados, recebem os menores salários e que são as maiores vítimas da violência só comprovam esta realidade. E os canais negros foram ao longo da história um dos poucos instrumentos de reflexão sobre a situação da população negra. Bastide (1983, p.129) destaca que o surgimento dos canais da imprensa negra representa “aspirações a sentimentos coletivos” da população negra.

Os conceitos sobre imprensa negra são foram construídos historicamente por pesquisadores como Pinto (2010), Moura (2014), Bastide (1973), dentre outros que nos permite compreender os veículos de comunicação negros como “uma experiência fundamental à luta antirracista e à valorização do negro, uma vez que este é protagonista de narrativas embasadas em uma realidade que ele está inserido” (ARAÚJO, 2021, p.165). A imprensa negra é especializada na temática racial, na luta antirracista, mas para além disso na construção de narrativas negras sobre os diversos assuntos (economia, política, esportes, cultura, dentre outros), contribuindo assim com uma comunicação mais plural e assertiva para pensar em uma sociedade majoritariamente negra, como a brasileira.

Imprensa Negra como agente da comunicação antirracista

A partir das contribuições conceituais, sobretudo de Pinto (2010), Moura (2014), Bastide (1973) e Araújo (2021) é possível apontar a importância da imprensa negra para o engajamento de seus respectivos públicos no engajamento antirracista. Os veículos de comunicação negros a partir da produção de conteúdos relacionados às questões étnico-raciais ou no qual a população negra é protagonista das narrativas acaba por contribuir com uma compreensão mais avançada sobre o povo negro enquanto sujeito de direitos, deveres e proteção do Estado, como os demais brasileiros. E a discussão fomentada pela imprensa negra as diferentes condições de vida para essa população tende a contribuir com o despertar da população negra e não negra para a urgência e importância de uma transformação social de combate ao racismo, isto é, a luta antirracista.

Como destaca Kendi (2020) a luta antirracista necessita de um exercício de constante alteração, uma vez que seu enfrentamento se dá a partir de uma prática racista que também é

constante. Assim, compreendemos que ser antirracista exige vigilância constante, autoanálise e autocrítica, justamente porque para contrapor o racismo enraizado dentro da sociedade e que necessita de ações efetivas do Estado – que antes promoveu as bases racistas – e que atualmente tem um papel na promoção e fomento das políticas e ideias antirracistas.

“A persuasão moral e educacional defende o pressuposto de que as mentes racistas devem mudar antes da política racista, ignorando a história, que diz o contrário” destaca (Kendi, 2020, p.3441) ao defender a o papel do Estado na implementação de políticas antirracistas para alteração a situação atual. Estado esse que muitas vezes se exima de sua responsabilidade, tendo em vista a falta de uma verdadeira cobrança social de luta antirracista.

Toda essa questão reforça a necessidade da existir uma comunicação comprometida com a luta contra o racismo e de cobrança ao papel do Estado na reparação do que o próprio poder público promoveu durante anos que culminou na realidade atual de muita desigualdade entre negros e não-negros no Brasil. Essa comunicação antirracista precisa se fazer presente em diversas áreas e dentro do jornalismo ela ainda é mais que necessária para contribuir com um impacto na opinião publica.

A imprensa negra, por sua vez, tende a desempenhar bem esse papel com o seu público específico, pois temos que considerar que esses veículos de comunicação no Brasil em geral são alternativos e contam com um orçamento limitado. Entretanto, o impacto junto ao seu público tende a ser duplamente importante para pensamos em uma mudança social, ao partir do pressuposto, em conformidade com Araújo (2021), de que os assuntos relacionados a pessoas negras são importantes para a conscientização desse público direto sobre a importância do antirracismo, bem como na possibilidade de impactar terceiros a partir dos conhecimentos adequados por esses jornais.

Assim, podemos destacar que a comunicação como um todo tem que contribuir com o pensamento antirracismo. A imprensa Negra em particular tem um papel muito específico neste processo, que é o que auxiliar na formação da população – negra e não negra - sobre a importância da luta antirracista e assim é possível considerar o papel fundamental da imprensa negra, sobretudo ao auxiliar a reprodução de uma compensação que também podemos considerar como afrodiáspora, tendo em vista as trocas e o compartilhamento do pensamento antirracista entre jornalistas, pesquisadores e ativistas. Por fim, é possível considerar o papel preponderante da imprensa negra na consolidação de uma opinião pública antirracista, que reveja ações individuais e sobretudo pressionem os governos a construírem políticas de estado perenes e eficientes de comunicação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos que conceituação da imprensa negra é ampla, plural e passa por um estágio de concretude, apesar disso reiteramos nossa compreensão de que são veículos de comunicação produtores de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não-raciais. A compreensão história sobre a imprensa negra é um passo importante para ampliar os horizontes sobre essa conceituação.

A partir deste estudo foi possível elaborar algumas considerações acerca da temática étnico-racial, especialmente no que se refere ao protagonismo do povo negro na história do Brasil – uma narrativa frequentemente subestimada nas obras históricas e didáticas. É relevante pontuar o papel desempenhado pela comunidade negra na resistência à escravidão, principalmente através dos quilombos, e sua contribuição para a luta por uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades para todos. Esta compreensão é crucial para enfatizar que a luta contra a escravidão foi uma iniciativa ativa do povo negro, aqueles que eram considerados como bens passíveis de serem vendidos em lotes, considerados “não humanos” ou animalizados.

Atualmente, este debate tem pressionado a opinião pública a promover mudanças estruturais na percepção das pessoas sobre a população negra, exigindo ações enérgicas por parte do Estado. Neste sentido, a comunicação antirracista, particularmente representada pela imprensa especializada nesta temática, desempenha um papel fundamental para a conquista das políticas que estão sendo implementadas e principalmente para o registro histórico das personalidades negras, a fim de que as lideranças negras sejam reposicionadas historicamente, socialmente, cultural e economicamente, longe dos estigmas que foram perpetrados pela visão decolonial e mercantilista de ocupação de territórios e de sujeição de corpos e mentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural. Jandaíra: São Paulo, 2019.

ARAÚJO, V. T. O que é a Imprensa Negra? Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

BASTIDE, R. Estudos afro-brasileiros. 3ª edição. Editora Perspectiva, São Paulo, 1983

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, volume 23, 2007.

KENDI, I. X. . Como ser antirracista, Rio de Janeiro, Ed. Alta Books, E-book. 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa J, Maldonado-Torres N, Grosfoguel R, organizadores. Decolonialidade e pensamento diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica; 2018. p. 27-53

MELLO, E. As cores da mulher negra no jornalismo. In: CARRANÇA, F; BORGES, R. S. Espelho infiel: O negro no jornalismo brasileiro. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004.

Mbembe A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições; 2018.

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. 2ª Ed. Anita: São Paulo, 2014.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil. In: QUINTAS, F. (Org.). O negro: identidade e cidadania. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 1995.

MUNANGA, K. Construção da Identidade Negra: Diversidade de Contexto e

Problemas Ideológicos. In: CONSORTE, J.G & GOMES, M.R. (Org.). Religião, política, identidade. Série Cadernos PUC- 33. S. Paulo, EDUC, 1988: 143-146.

PINTO, A. F. M. Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SCHWARCZ, L.M. Racismo no Brasil. PubliFolha. São Paulo. 2012

SODRÉ, M. Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

